



Questões éticas e pesquisa em educação: diálogos com Paulo Freire

Ethical issues and research in education: dialogues with Paulo Freire

 **Maria Nilceia de Andrade Vieira**

Doutora em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes.
Vitória, ES – Brasil.
nilceia_vilavelha@hotmail.com

 **Valdete Côco**

Doutora em Educação
Universidade Federal Fluminense – UFF.
Niterói, RJ – Brasil.
valdetecoco@hotmail.com

Resumo: No contexto de desafios relacionados ao desenvolvimento de pesquisas em educação, este texto aborda contribuições das ideias de Paulo Freire ao percurso teórico-metodológico de uma pesquisa de doutorado, concluída em 2021, que focalizou a interlocução entre a formação continuada e a avaliação institucional na educação infantil. Em uma abordagem qualitativa e na perspectiva de estudo teórico, este artigo de cunho bibliográfico-documental discute acerca de questões éticas, tomando por base reflexões presentes na obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”. As análises evidenciam implicações do pensamento freireano para a compreensão da pesquisa como ato ético, político e pedagógico que pode produzir, por meio da valorização de nossa presença no mundo, a convicção de que mudar é possível e, desse modo, fortalecer movimentos de transformações sociais.

Palavras chave: educação infantil; ética; Paulo Freire; Pedagogia da Autonomia; pesquisa educacional.

Abstract: In the context of challenges related to the development of research in education, this text addresses contributions of Paulo Freire's ideas to the theoretical-methodological path of a doctoral research completed in 2021, which focused on the dialogue between continuing education and institutional evaluation in early childhood education. In a qualitative approach and from the perspective of a theoretical study, this bibliographic-documentary article discusses ethical issues, based on reflections present in the work “Pedagogy of Autonomy: necessary knowledge for educational practice”. The analyzes show implications of Freire's thought for the understanding of research as an ethical, political and pedagogical act that can produce, through the valorization of our presence in the world, the conviction that change is possible and, in this way, strengthen movements for social transformation.

Keywords: early childhood education; ethic; Paulo Freire; Pedagogy of Autonomy; educational research.

Cite como

(*ABNT NBR 6023:2018*)

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; CÔCO, Valdete. Questões éticas e pesquisa em educação: diálogos com Paulo Freire. *Dialogia*, São Paulo, n. 42, p. 1-18, e23187, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/42.2022.23187>.

American Psychological Association (APA)

Vieira, M. N. de A., & Côco, V. (2022, set./dez.). Questões éticas e pesquisa em educação: diálogos com Paulo Freire. *Dialogia*, São Paulo, 42, p. 1-18, e23187. <https://doi.org/10.5585/42.2022.23187>.

Introdução

No contexto de desafios das pesquisas na área de Ciências Humanas no Brasil, em especial no campo da educação, para além dos desmontes com a redução de recursos e investimentos, enfrentamos perspectivas de negacionismo da ciência, desrespeito à autonomia das universidades e ataques às ideias de Paulo Freire que se intensificaram nos últimos anos. Um contexto adverso em que precisamos demarcar a atualidade e pertinência de suas ideias e problematizações para analisar os contextos políticos e educacionais de nosso país e inspirar ações que promovam mudanças na sociedade.

Nesse sentido, as comemorações que se propagaram em âmbito nacional e internacional pelo centenário de Paulo Freire revigoram e reanimam reflexões imprescindíveis à educação e à sociedade de modo geral e reúnem, na proposta deste Dossiê, outras possibilidades de debates e defesa da educação pública gratuita, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada. Com disposição para integrar esses debates, compartilhamos, neste artigo, em uma abordagem qualitativa e na perspectiva de discussão teórica, reflexões sobre a ética em pesquisas educacionais, considerando pressupostos do pensamento freireano em diálogo com enunciados da legislação brasileira e de entidades acadêmicas e vivências partilhadas com as¹ participantes da pesquisa.

Com este propósito, organizamos o presente artigo em quatro movimentos. Após esta introdução, no primeiro movimento, compartilhamos os percursos teórico-metodológicos que sustentam as problematizações e análises do presente estudo. No segundo, realçamos alguns dos muitos aspectos da vida e obra de Paulo Freire e de seu legado à educação. No terceiro movimento, discutimos as questões éticas no âmbito da legislação brasileira atual e de debates no meio acadêmico. Na sequência, focalizamos a ética em interlocução com os movimentos vivenciados na interação com as participantes da pesquisa. Finalizando as reflexões, destacamos considerações acerca dos desafios teórico-metodológicos relacionados à pesquisa educacional e enfatizamos a relevância da epistemologia freireana para nossos aprendizados nesta caminhada.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Na perspectiva epistemológica freireana, e também na bakhtiniana, a dialogia tem lugar primordial como fundamento e base para interlocuções sobre a vida, a linguagem, a formação, a educação. Assim, para além de uma categoria do pensamento desses grandes autores, a dialogia também pode ser entendida como um importante princípio teórico-metodológico que nos permite

¹ Em reconhecimento à presença majoritária das mulheres na carreira do magistério e também nesta pesquisa, optamos pelo uso do gênero feminino.

compreender nossa constituição humana por meio das relações de sentidos que estabelecemos uns com os outros.

Nessa direção, concebemos o diálogo como encontro entre homens e mulheres no qual o “[...] sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História” (FREIRE, 2017, p. 98). Freire ressalta que a disposição à escuta dos outros e ao diálogo nos ajuda na compreensão dos contextos vividos, sendo essa compreensão social e não individual, pois nossa condição de seres inacabados nos insere em um permanente processo social de busca.

Considerando as pesquisas em Ciências Humanas como parte integrante da vida e da cultura, Bakhtin (2011) demarca sua natureza dialógica, nos convocando a conceber os sujeitos de pesquisa como seres expressivos, falantes e produtores de textos, de modo que as relações que estabelecemos com cada um deles estejam em conexão com suas vivências. Na compreensão de Freire (2017), as vivências, como “saber de experiência feito”, constituem o processo educacional de forma muito significativa, uma vez que estão articuladas aos contextos dos sujeitos em que vivenciam dores, conquistas, dúvidas, contradições, realizações.

Como a vida é dialógica por natureza, para nós as vivências têm um sentido potencializador e integram “[...] a complexidade do processo de estar com o outro no cotidiano do trabalho na EI [educação infantil], com as questões importantes, marcantes, com magnitude e também as questões simples, superficiais, corriqueiras e, ainda, conflituosas, tensionadas e disputadas” (CÔCO *et al.*, 2015, p. 89).

Assim, a pesquisa dialoga com a vida e nos instiga a responder em nome da vida e da alteridade, na atitude de nos incomodarmos com o que se coloca a nossa volta de tal forma que esse incômodo reverbere em nosso ato singular, em nossa responsividade com o outro (VIEIRA *et al.*, 2015). Desse modo, com um posicionamento situado social e historicamente, cada sujeito demarca a consciência de seu lugar, pois

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História (FREIRE, 2017, p. 53).

Nesse entendimento, os desafios de uma atuação que se fundamenta em princípios éticos exige “[...] fortalecer nossa compreensão dos sentidos que imprimimos a essa questão e, sobretudo, como a traduzimos em nossos posicionamentos quanto às opções teórico-metodológicas e junto

aos sujeitos que se dispõem a participar de nossas pesquisas” (VIEIRA; CÔCO; VENTURIM, 2017, p. 14).

Articulado ao conjunto de estudos de um grupo de pesquisa que focaliza a formação docente na educação infantil, este artigo integra uma pesquisa de doutorado², concluída em 2021, direcionada à interlocução entre a formação continuada e a avaliação institucional na primeira etapa da educação básica. Ancorada em pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos e freireanos, em uma abordagem qualitativa e com delineamento metodológico articulado à pesquisa narrativa de tipo investigação-formação, essa pesquisa foi desenvolvida junto a professoras e trabalhadoras que, em 2019, vivenciaram movimentos formativos e avaliativos em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da rede pública de um município do Espírito Santo.

No percurso de desenvolvimento da pesquisa e das produções derivadas, a presença de Freire, em diálogo com Bakhtin, acompanha-nos e sustenta epistemologicamente nossas escolhas, desde a elaboração do projeto, passando pelas rodas³ do grupo de pesquisa, pelas bancas de qualificação e de defesa, discussões e debates em eventos acadêmicos, dentre outras produções. Considerando as análises produzidas com a pesquisa e com outras publicações do grupo (ALVES; VIEIRA, 2021; VIEIRA; ALVES; CÔCO, 2022) e refletindo sobre o tema deste Dossiê: “Paulo Freire e seu legado para a educação de crianças, jovens e adultos”, reafirmamos nosso objetivo de compartilhar desafios e aprendizados relacionados a questões éticas sob o ponto de vista da legislação e dos debates acadêmico-científicos e também na perspectiva das vivências com as participantes do estudo. Questões que integram todo o percurso da pesquisa e encontram sustentação em ideias e pressupostos freireanos.

Paulo Freire: alguns passos de uma intensa caminhada

Em uma trajetória de 76 anos de vida, de trabalho e de luta pela educação, Paulo Freire vivenciou experiências marcantes e intensas como professor, pesquisador, líder e militante político, sempre atuando de forma ativa nos contextos em que se inseriu, buscando transformar as realidades vividas. Autor de inúmeras obras publicadas, ministrou aulas, realizou palestras e entrevistas, inspirando diversos relatos e narrativas sobre sua vida. Nesse percurso tão vigoroso, não é tarefa fácil eleger momentos importantes de sua jornada, a serem destacados na extensão

² Este texto integra a pesquisa “Vivências Formativas com a Avaliação Institucional na Educação Infantil” que compõe o conjunto de estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores (Grufae). Link no CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6306517212901733>. A pesquisa encontra-se devidamente aprovada conforme Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), n. 17832919.7.0000.5542, com Parecer n. 3.584.655.

³ As rodas do grupo de pesquisa são encontros planejados e previstos em agenda, quando compartilhamos diferentes pontos de vista, em especial, acerca de projetos e pesquisas em andamento, geralmente antecedendo os momentos de qualificação e de defesa. São movimentos dialógicos essenciais em nossa constituição como pesquisadoras e em nossa formação humana.

limitada deste texto. Sendo assim, considerando alguns dos muitos registros da trajetória de Freire (GADOTTI, 1989, 1996, 1997, 2012, 2018), optamos por ressaltar, em forma de síntese, questões significativas na perspectiva do legado freireano⁴ para a educação brasileira e mundial.

Ainda que dispense apresentações, iniciamos destacando que o pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), nascido na capital Recife, é considerado um dos maiores educadores brasileiros, com reconhecimento internacional pela autoria de importantes obras, dentre elas a *Pedagogia do Oprimido*. As lutas operárias, a educação popular, a mobilização dos sindicatos marcam sua trajetória no Brasil e também em outros países durante os 16 anos em que viveu no exílio. Manteve-se, em toda a sua trajetória, como defensor da existência de diferentes pedagogias em uma perspectiva crítico-humanizadora, comprometida com a luta por uma educação libertadora que contribua para a construção de uma sociedade mais humana, justa e democrática.

Com o fim da ditadura militar, após muitas tentativas, Paulo Freire retorna ao nosso país em 1980 e retoma suas atividades como professor em universidades brasileiras. No âmbito de sua atuação na vida política, assume a Secretaria Municipal de Educação na cidade de São Paulo durante o governo de Luiza Erundina pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual ajudou a fundar.

No que se refere à disposição para o diálogo, esse grande pesquisador reúne produções coletivas com diferentes autores: Moacir Gadotti, Sérgio Guimarães, Antonio Faundez, Carlos Alberto Torres, Adriano Nogueira, Donaldo Macedo, Ira Shor, Frei Betto, Myles Horton, dentre outros. Em relação às suas ideias e teorias, sua epistemologia foi problematizada em interlocução com textos de Pichon Rivière, Habermas, Foucault, Edgar Morin, Vygotsky, Piaget, Heidegger e tantos outros (COELHO, 2011). Seu reconhecimento como patrono da educação brasileira ocorreu a partir da Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, fazendo jus à sua contribuição à educação no Brasil e em diversos países, ainda que muitas críticas busquem desqualificar sua obra e seu legado.

Em sua vasta produção, Freire não teve possibilidade de aprofundar estudos sobre a infância. Entretanto, suas problematizações inspiram pesquisadores e pesquisadoras a desenvolverem estudos nesse campo. Ao rememorar sua própria infância, ele se descreve como um “menino conectivo”, conforme narra Gadotti (1997, p. 4, grifo do autor):

⁴ Diferentemente do que indicam as normas ortográficas, optamos pela grafia “freireanos” (e não freirianos), por concordar com a sugestão de Ana Maria Freire, que argumenta a favor de manter na expressão o nome do autor sem alteração (FREITAS; FORSTER, 2016, p. 57, nota 2).

Paulo Freire confessou no último grande Congresso Internacional sobre o seu pensamento, realizado em setembro de 1996, em Vitória (ES), que, desde criança, era um "menino conectivo". Essa característica não era apenas pessoal. Era também epistemológica. Ele conseguia, melhor do que qualquer outro intelectual que conheço, criar laços, interligar as categorias história, política, economia, classe, gênero, etnia, pobres e não-pobres. Sua pedagogia não é apenas uma pedagogia para os pobres. Ele, como ser conectivo, queria ver também os não-pobres e as classes médias se engajando na transformação do mundo.

Podemos ainda ressaltar seu cuidado e atenção com as crianças em duas situações. A primeira relacionada à sua atitude dialógica com a prima Nathercinha, por meio de troca de cartas com ela enquanto estava exilado no Chile (LACERDA, 2016); a segunda referente à sua narrativa no livro “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”. Nesse caso, discutindo conceitos de linguagem, inacabamento e curiosidade, Freire descreve a vivência de uma criança enquanto ele estava no aeroporto e reconhece sua produção de conhecimento, afirmando que o “[...] discurso da criança era conhecimento do ponto de vista do fato concreto (FREIRE, 2017, p. 55).

Essa conectividade, o olhar atento para a infância e a afirmação de uma pedagogia transformadora precisam ser tomadas como propósito em nossas pesquisas, sobretudo no atual momento histórico de ameaças a direitos conquistados, de propagação do ódio e dos preconceitos entre pessoas e grupos sociais, de desrespeito à liberdade. Nesse propósito, as ideias de Freire acerca da ética presentes na obra Pedagogia da Autonomia, em interlocução com outros autores e outras autoras, nos apoiam na produção deste artigo.

Cabe assinalar que esse foi o último livro escrito e publicado por Freire, que faleceu no ano seguinte, em 1997. De acordo com o verbete “Pedagogia da Autonomia” registrado no Dicionário de Paulo Freire, dentre as muitas obras do autor, pela abordagem da prática educativa, talvez, este seja o livro mais estudado por professores da educação básica e estudantes das licenciaturas. As 27 exigências que compõem a obra reafirmam a “natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana” e, portanto, essa ética é parte da “ética universal do ser humano” (PAULY, 2010). Em suas próprias palavras, a respeito da obra, Freire afirma que:

A questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressista em favor da autonomia do ser dos educandos é a temática central em torno de que gira este texto. Temática a que se incorpora a análise de saberes fundamentais àquela prática e aos quais espero que o leitor crítico acrescentar alguns que me tenham escapado ou cuja importância não tenha percebido. (FREIRE, 2017, p. 15).

E decidimos aceitar esse convite. Não para acrescentar outros saberes, e sim para conectar esses saberes da prática educativa à ação de pesquisa com professoras e trabalhadoras na educação

infantil. Tomando o delineamento de pesquisa-formação como orientação metodológica, dispusemo-nos a interagir com as participantes, compartilhar seu dia a dia, escutar suas narrativas, também narrar e dialogar com elas.

No prefácio do livro, a Professora Edna Castro de Oliveira (2017, p. 12) ressalta o pressuposto de “[...] uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”, afirmando também que, nessa obra, “Freire, anuncia a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a ‘ética universal do ser humano’” (OLIVEIRA, 2017, p. 13).

Nessa perspectiva do debate sobre questões éticas em pesquisas educacionais, consideramos possível ampliar as reflexões de Freire na obra *Pedagogia da Autonomia* acerca dos saberes fundamentais à prática educativa e buscar interlocução com saberes essenciais à pesquisa, especialmente quanto à rigorosidade metódica, à estética e ética, à consciência do inacabamento, à curiosidade, à convicção de que mudar é possível, a saber escutar e à disponibilidade para o diálogo. Nesse intuito, abordamos a seguir discussões sobre a ética em pesquisas educacionais no âmbito da legislação brasileira e em discussões no meio acadêmico-científico.

3 Pesquisas no campo da educação: questões éticas em disputa

No desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil, as questões éticas suscitam debates em diferentes contextos e em distintas perspectivas. No reconhecimento de que “Só há História onde há tempo problematizado” (FREIRE, 2017, p. 59), interessa-nos conhecer alguns aspectos direcionados à elaboração de políticas públicas e nos situar quanto a movimentos de resistência das Ciências Humanas e Sociais (CHS) “[...] às exigências homogeneizadoras dos instrumentos normativos sobre ética em pesquisa, oriundos e adequados para investigações biomédicas, mas impróprios para estudos de seu [CHS] campo” (GUERRIERO; MINAYO, 2019).

Acompanhando as discussões no âmbito da legislação brasileira que regulamenta princípios éticos em pesquisas, após 16 anos como referência para as pesquisas envolvendo seres humanos e sendo alvo de muitas críticas pela comunidade acadêmica, a Resolução CNS nº 196/1996 foi revogada pela Resolução CNS nº 466/2012, que estabeleceu diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Ainda que essa mudança tenha representado um avanço, as análises quanto a fragilidades ainda existentes nesse documento seguiram como pauta de discussões pela área de CHS. No campo da educação, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped, em sua 36ª Reunião Nacional, no ano de 2013, realizou uma Sessão Especial sobre “Princípios e

procedimentos éticos na pesquisa em Educação”. Com essa iniciativa, a Anped buscou “[...] ampliar a discussão da ética em pesquisa, tanto em seus procedimentos práticos quanto em seus fundamentos e implicações.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2016b, s/p)

Na argumentação de Cury (2015, p. 49), as características das ciências humanas assinalam exigências e regulamentações específicas sobre a pesquisa e as questões éticas, ainda que dificilmente uma resolução possa normatizar, a priori, todos os princípios, aspectos e procedimentos a serem adotados em todas as investigações. Ele acrescenta, ainda, que:

Se o Conselho Nacional de Saúde explicitou suas exigências setoriais e regulamentações específicas, ainda que num quadro mais amplo, nada impede que o Ministério da Educação o faça similar, simétrica e equitativamente por meio de seu órgão normativo: o Conselho Nacional de Educação.

Essa argumentação representa parte importante das reivindicações de pesquisadores do campo da educação, que é a elaboração de normativas e procedimentos em consonância com essa área de conhecimento e não relacionados à área biomédica. Ainda que essa proposição não tenha sido efetivada, a publicação da Resolução CNS nº 510/2016, como uma normativa complementar considera que as

[...] Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (BRASIL, 2016, s/p).

Nesse sentido, concordamos que a Resolução CNS nº 510/2016 representa um avanço por reconhecer oficialmente o papel diferenciado das CHS e de seus métodos nas pesquisas com seres humanos. Avanços alcançados com o trabalho de pessoas e instituições que vêm debatendo e apontando a inadequação de uma única orientação de cunho biomédico para pesquisas em diferentes áreas (GUERRIERO; MINAYO, 2019).

Sustentando nossa concepção de ética como uma construção humana, portanto, histórica e social (FREIRE, 2017), assinalamos que a aprovação dessa Resolução resulta de reivindicações e movimentos de resistência de pesquisadores, entidades e associações acadêmico-científicas, representando, portanto, uma conquista de muitos anos de trabalho e negociações. Faz-se necessária a observância de que o documento ainda exige aprofundamento de questões conceituais e continua em disputa nas pautas relativas à ética em pesquisas.



No quadro de debates relacionados à temática no campo acadêmico, alguns meses após a publicação da Resolução CNS 510/2016, a Anped⁵, com o objetivo de fomentar um posicionamento sobre a ética na pesquisa pela área de pesquisadores em educação, no conjunto das demais áreas de CHS, produziu um documento inicial com a participação de seus associados e demais integrantes da comunidade acadêmica e educacional para contribuir com as definições de políticas públicas relacionadas a essa temática.

Integrando esse debate, Mainardes (2017) alerta sobre não reduzirmos as questões éticas à normatização, e sim considerarmos sua dimensão formativa, que envolve estudar e debater acerca de princípios e procedimentos relacionados à ética em pesquisas na graduação e na pós-graduação. Assim, reafirmamos, como pesquisadoras no campo das ciências humanas, em especial da educação, o compromisso ético com os sujeitos ativos e falantes com os quais interagimos no desenvolvimento do estudo.

Em 2020, a pandemia da COVID-19, doença provocada pelo novo Coronavírus, declarada como Emergência de Saúde Pública de abrangência internacional e responsável pela contaminação e morte de muitas pessoas em várias partes do mundo, impôs-nos a urgência de suspensão das atividades educacionais presenciais, dentre outras medidas de proteção e protocolos de segurança no sentido de preservar a vida. Cientes dos incomparáveis desafios desse período, no que se refere especialmente à discussão deste tópico, salientamos os efeitos da pandemia quanto à necessidade de alterar metodologias de produção de dados com pesquisas realizadas em ambientes virtuais e/ou utilizando ferramentas digitais. No propósito de orientar pesquisadores quanto à escolha dessas ferramentas e sobre as especificidades para o registro de consentimento dos participantes das pesquisas, o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz elaborou o documento⁶ “Orientações sobre Ética em Pesquisa em Ambientes Virtuais”.

Em continuidade aos estudos e produções, em 2021 a Anped disponibilizou gratuitamente o segundo volume do *E-book* “Ética e Pesquisa em Educação: subsídios” que contou com a colaboração de 36 pesquisadores e pesquisadoras de diferentes instituições. Nesta obra, foram incluídos, pela Comissão de Ética em Pesquisa, três tipos de textos: verbetes relacionados à

⁵ A associação promoveu, nos dias 28 e 29 de setembro de 2016, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), o seminário “Ética e Pesquisa em Educação: entre a norma e o compromisso”. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/etica-na-pesquisa>. Acesso em: 18 fev. 2017.

⁶ Disponível em: https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/orientacoes_eticapesquisaambientevirtual.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

temática ética em pesquisa, relatos de participação e/ou coordenação de Comitês de Ética em Pesquisa e documento relativo ao Projeto de Lei⁷ nº 7082/2017.

No que diz respeito ao nosso compromisso com as participantes da pesquisa, para além das exigências de normas e documentos, pautamo-nos em Bakhtin e Freire para nos manter atentas e vigilantes quanto às escolhas das professoras e trabalhadoras de participar ou não, responder ou não, permitir ou não que realizássemos acompanhamento e produção de dados em algum encontro, planejamento ou diálogo. No exercício da empatia, muitas vezes foi possível captar reações de aceites, recusas, incômodos ou disponibilidade, pela comunicação extraverbal (olhares, expressões faciais, posturas do corpo etc.). Em outros momentos, o consentimento, ou recusa, ou mesmo desconforto foram enunciados de forma explícita, algumas vezes com justificativas e argumentações sobre as dúvidas, atitudes e decisões.

Argumentações que reverberaram em situações como, por exemplo: realizar a aplicação de questionário em meio impresso, visto que por meio digital não houve adesão das professoras e trabalhadoras; efetivar mudanças em nomes fictícios escolhidos; alterar transcrições das narrativas orais após propiciar a leitura e releitura dos registros pelas participantes; responder às indagações sobre o porquê de não produzirmos dados diretamente com as crianças.

Nesse sentido, defendemos que pesquisas de forma geral e, em especial as que se desenvolvem no âmbito educacional, precisam fundamentar-se em uma reflexividade ética. Essa premissa implica a compreensão e explicitação, pelo pesquisador, de pressupostos e valores que fundamentam sua (inter)ação, tendo em vista que a pesquisa incide sobre as vivências dos sujeitos, produzindo alterações em seu cotidiano, em suas concepções, em suas vidas e alterando também o desenvolvimento da própria pesquisa.

Não se trata, porém, de desconsiderar a necessária regulamentação do acompanhamento das pesquisas por órgãos e profissionais dedicados especialmente a essa ação, e sim de defender que concepções, critérios, normas, parâmetros e procedimentos sejam coerentes com as diferentes características das pesquisas desenvolvidas por áreas também distintas, atentando para as peculiaridades da área de CHS e, nesse conjunto, as singularidades do campo da educação. Singularidades ligadas, dentre outros aspectos, a delineamentos metodológicos pautados no vivenciamento e nas interações entre pesquisador e participantes da pesquisa. Vivências que partilhamos a seguir no encontro com as narrativas das participantes.

⁷ Pesquisadores em Ciências Humanas do Brasil, representados pelo Fórum de Associações de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA) e apoiados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), emitiram Nota pela supressão do artigo 73, constante neste PL, por entenderem que o mesmo traz enormes prejuízos para a realização de pesquisas nas áreas de conhecimento que constituem a comunidade CHSSALLA. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/nota_pl_7082_artigo_73.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

3 No encontro com as narrativas das participantes, reflexões sobre a ética

Reafirmando a constituição dos sujeitos implicados no contexto histórico e social, são diversos os movimentos interativos que circundam a formação do pesquisador e vários são os meios de inserção no campo de pesquisa. Desse modo, o ato de pesquisar envolve dimensões políticas, éticas, culturais e sociais. O sujeito pesquisador se encontra em sua condição sociocultural como alguém constituído por princípios, valores, percepções, compreensões e expectativas e que se dispõe ao encontro de outros sujeitos marcados por suas singularidades.

Ressaltando a relevância da posição do pesquisador na feitura de pesquisas, concebemos a ética como exigência ao situar o objeto de estudo e “[...] entender meu dever em relação a ele (a atitude ou posição que devo tomar em relação a ele), isto é, entendê-lo em relação a mim mesmo no Ser-evento único, e isso pressupõe minha participação responsável, e não uma abstração de mim mesmo” (BAKHTIN, 2010, p. 28). A ética em Bakhtin se articula à responsividade única de cada pessoa e nos ampara na fundamentação da pesquisa em Ciências Humanas, já que “[...] eu ocupo no existir singular um lugar único, irrepetível, insubstituível e impenetrável da parte de um outro. [...] Tudo que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca” (BAKHTIN, 2010, p. 96).

Em interlocução com as concepções bakhtinianas, Freire (2017) situa a ética enquanto marca da natureza humana imprescindível para nossa convivência com os outros e relacionada à nossa condição de seres inconclusos, assim como à nossa vocação como humanos para o Ser Mais. Nesse sentido, a eticidade de nossa presença no mundo se articula à nossa reponsabilidade/responsividade que se constitui a partir da consciência que assumimos do nosso inacabamento.

A vocação ontológica demarca minha condição de sujeito ativo com forças para recusar o assujeitamento e me perceber como “[...] gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele” (FREIRE, 2017, p. 52). Essa consciência de poder ir além do inacabamento nos move a buscar e produzir outros conhecimentos e reconhecer que não “[...] podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos” (FREIRE, 2017, p. 19).

Como sujeitos em um contexto concreto, alteramos os outros e somos alterados em meio às tensões vivenciadas com os diálogos entre pesquisador e participantes da pesquisa. Nesse entendimento, apostamos em uma relação que seja “[...] dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada” (FREIRE, 2017, p. 83, grifo do autor). No convívio com as trabalhadoras e professoras

do CMEI, vimos entrelaçando distintos movimentos dialógicos em que a escuta, a observação, o silenciamento, a fala, o apoio e a indagação sustentaram as interlocuções.

Uma vez que, metodologicamente, optamos por acolher narrativas de distintos sujeitos (professoras, assistentes de educação infantil, pedagogas, assistentes administrativos, estagiárias, familiares, diretora, funcionárias da limpeza, porteiras, merendeiras), a participação se efetivava com o aceite ao nosso convite para narrar, sendo esse convite uma demonstração de que estávamos sempre dispostas aos encontros dialógicos nos quais as participantes poderiam chegar, permanecer, sair, interromper, retornar. Nessa dinâmica, integrar uma etapa da pesquisa não necessariamente significaria obrigatoriedade com as demais. Esse respeito à liberdade de escolha de cada participante expressava, para além do que prevê a legislação específica com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nosso compromisso ético com cada uma delas.

Em sintonia epistemológica com pressupostos bakhtinianos e freireanos, compreendemos a produção de narrativas não apenas como importante suporte metodológico para a produção dos dados, mas também como movimento de escuta e interlocução com as participantes da pesquisa que, na condição de narradoras, narram suas vidas como evento em meio às suas compreensões, opiniões, críticas.

Assim, o trabalho com a pesquisa narrativa constitui uma alternativa metodológica em que a dialogia, como elo articulador, conecta não somente os procedimentos que definimos para a produção dos dados, mas também as concepções e os pressupostos epistemológicos que assumimos, bem como a produção textual do relatório de pesquisa. Inspiradas em Freire, que narrando suas vivências demarcava seus posicionamentos políticos e epistemológicos (GERALDI, 2006), entendemos que as narrativas são produzidas em muitas vivências no CMEI. Todas nós, adultas e crianças, estamos em vários momentos narrando nossas histórias, memórias e trajetórias no movimento das interações com crianças, trabalhadoras, famílias.

Ao narrar as experiências vividas, “[...] os sujeitos se fazem autores e assinam as compreensões que produzem sobre as suas vidas, sua assinatura decorre da não existência de álibi no mundo para um sujeito evadir-se de sua responsabilidade histórica” (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 30). Nosso desafio está na escuta e interação com as participantes por meio da observação participante, dos enunciados registrados no questionário e da produção de narrativas. Saber escutar requer um aprendizado para que nossa fala não seja autoritária, não desconsidere as vozes dos sujeitos, pois no exercício da escuta, aprendemos a falar com o outro. “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com* ele. Mesmo que, em certas

condições, precise falar *a ele*. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com, é falar *impositivamente*” (FREIRE, 2017, p. 111, grifo do autor).

Na interlocução com as narrativas das participantes e na dimensão formativa em que sustentamos a pesquisa, procuramos nos mover em sintonia com as dinâmicas do CMEI. Essa movimentação não se desvincula da necessária atenção ao rigor metodológico que confere legitimidade às pesquisas no campo acadêmico. Sendo assim, na sistemática de produção dos dados, buscamos alcançar uma

[...] articulação constante entre os objetivos da pesquisa, as condições objetivas do pesquisador, o contexto dos sujeitos participantes, o acompanhamento de estudos e pesquisas em desenvolvimento na área temática investigada e o planejamento das formas de registro, organização e sistematização dos dados (VIEIRA; CÔCO; VENTORIM, 2017, p. 24).

Com atenção a essas premissas, a produção de dados com narrativas partiu de convites com quem interagimos nos movimentos de observação participante e de aplicação do questionário. Por diferentes caminhos, assinalamos possibilidades de narrarem oralmente ou por escrito suas vivências, de escolherem temas de seu interesse ou optarem por eixos de narração delineados previamente. Em respeito à singularidade de cada participante e ao direito de preservar sua identidade, conforme nossos princípios éticos, mantivemos os nomes fictícios para os registros das narrativas.

Ainda que todo o percurso de produção de dados seja dialógico, a etapa de análise dos dados, por sua grande relevância no conjunto do estudo, convoca-nos a assumir posicionamentos em interlocução com essas palavras outras. Uma interlocução da ordem compreensiva. Nesse sentido, buscamos “[...] um exercício com a noção de orquestração, tomada de empréstimo do campo musical. Neste caso, comportando não só arranjos e harmonizações, próprias do propósito de afinação, mas também ruídos e sobreposições, no horizonte de incluir desafinações” (CÔCO, 2020, p. 28), considerando a simultaneidade dos movimentos de produção e análise de dados e a inter-relação entre os objetivos da pesquisa.

Nas múltiplas vertentes do estudo, no período de convívio com as professoras e trabalhadoras do CMEI, vivenciamos eventos do trabalho entrelaçados aos da vida pessoal em que celebramos aniversários, nascimentos e aposentadorias; lamentamos e nos solidarizamos com mortes, adoecimentos, licenças médicas e desemprego; e partilhamos projetos, ideias e planos.

Entretanto, de forma inesperada, o convívio presencial foi interrompido em março de 2020 pela ameaça da Covid-19. Uma ameaça que não chegou sozinha, pois se agravou diante da irresponsabilidade e indiferença de governantes com a saúde das pessoas e da ausência de

posicionamento técnico, político e humano coerente com a defesa do direito à vida. As rotinas se transformaram: distanciamento, *home office*, *lives*, máscaras, saudade, insegurança, dúvidas. As desigualdades sociais aumentaram e ficaram mais visíveis, convocando-nos à solidariedade e à mobilização. A suspensão das atividades educacionais presenciais fez emergir muitos desafios para a comunidade escolar não somente na dimensão pedagógica, como também nas dimensões afetivas, econômicas, sanitárias e administrativas,

Reafirmamos, com Freire e Bakhtin, que a formação humana se articula às nossas vivências nos diferentes contextos nos quais atuamos, em meio aos problemas e às contradições que fazem parte desse mundo. No caso da pauta relacionada à defesa da educação infantil, o momento exigia que nos movêssemos rumo “[...] à produção de caminhos solidários, apostando nas crianças, famílias, profissionais e instituições educativas, no compromisso com a especificidade da educação infantil, no bojo da responsabilidade social com o direito à educação” (COUTINHO; CÔCO, 2020, p. 4).

Naquele momento, as incertezas quanto à proteção da vida humana assumiam prioridade. Foi necessário repensar, aguardar, avaliar, refletir, reelaborar, decidir e reconstruir percursos, pois “[...] é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade” (FREIRE, 2017, p. 54). Assim, aceitamos o desafio ético de prosseguirmos com a pesquisa em um contexto de grande complexidade, buscando, de forma responsável e cuidadosa, conciliar as necessidades e as possibilidades de todos os sujeitos envolvidos. Em meio a tensões e inseguranças, fortalecemos nossos pressupostos epistemológicos e seguimos reunindo os aprendizados. Parte deles, enunciamos nas considerações a seguir.

Considerações em diálogo

Com este artigo, compartilhamos reflexões sobre a ética em pesquisas educacionais no contexto de uma pesquisa de doutorado concluída em 2021, considerando perspectivas da legislação e de entidades acadêmicas e vivências partilhadas com as participantes da pesquisa. A ancoragem epistemológica de nossos estudos em pressupostos freireanos nos convida à interlocução com os sujeitos históricos e sociais pela via da dialogia que, para Freire, enquanto relação democrática, convoca-nos à escuta do pensamento dos outros.

Desse modo, ao problematizarmos a realidade vivida com o coletivo de participantes da pesquisa e explicitarmos conceitos, concepções, visões de mundo, assumimo-nos como sujeitos da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores e, portanto, éticos. Nesse



entendimento, nossas pesquisas precisam se conectar com os contextos e com as narrativas dos sujeitos participantes, além de problematizar com eles as contradições vivenciadas, buscando respostas, elaborando outras perguntas, reconhecendo a educação como forma de intervenção no mundo para sua transformação.

Esse delineamento teórico-metodológico nos situa em um lugar único, um lugar de quem buscou indagar, observar e dialogar com as narrativas das pessoas que aceitaram nosso convite à participação na pesquisa. Um pertencimento que construímos no decorrer de cada encontro, nas interações com a dinâmica intensa e acolhedora da instituição e nos diálogos com as participantes que se dispuseram a narrar suas vivências formativas com a avaliação da qualidade da educação infantil ofertada às crianças.

Como seres inconclusos e conscientes do nosso inacabamento, movemo-nos em busca de nossa completude nas relações com o outro, o que nos insere em distintas vivências formativas. Tomando aqui o ato da pesquisa, essas vivências não se referem somente a registros, procedimentos, protocolos, documentos, nem se reduzem ao cumprimento de exigências das legislações. Para além desses aspectos, as vivências com a pesquisa se constituem nas interações e na partilha de posicionamentos e ideias que, tanto encontram afinidades e promovem alianças, como fomentam disputas acerca de concepções (des)(re)construídas nos debates, em meio a discordâncias e polêmicas. Interações que movem o pensamento participativo a outras compreensões.

A companhia de Freire no percurso de desenvolvimento de nossa pesquisa constitui apoio, provocação e inquietação, instiga reflexões e suscita problematizações que nos movem à busca de outros aprendizados. Cientes de nosso inacabamento, realçamos a interlocução entre os atos de ensinar, aprender e pesquisar e demarcamos a pesquisa como experiência política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética que precisa se colocar a serviço do bem estar coletivo.

Reafirmamos a pesquisa como movimento dialógico que precisa se conectar com as vivências dos pesquisadores e dos sujeitos participantes. Essa conexão pressupõe a exigência da ética que, como marca da natureza humana, constitui-se elemento indispensável à nossa convivência e inseparável do ato de pesquisar. Assim, a pesquisa como ação ética, política e pedagógica pode mover o pensamento participativo das pessoas; pode produzir, por meio da valorização da presença no mundo, a convicção de que mudar é possível; e, nesse sentido, pode impulsionar movimentos de transformação do contexto sócio-histórico. A pesquisa em educação sustentada nesses princípios, tem possibilidades de contribuir para que as pessoas tomem consciência de relações e situações opressoras que vivenciam e possam se mover para superá-las.

Trata-se, portanto, de uma participação implicada com a libertação e, por isso, não pode ser imposta, cerceada.

No reencontro com a obra de Paulo Freire, sempre emergem infinitos sentidos. Com diferentes olhares e pontos de vista, outras leituras se tornam possíveis. De modo especial, nesse diálogo com a obra “Pedagogia da Autonomia”, Freire nos ajuda a compreender que pesquisar exige rigorosidade metódica; pesquisar exige estética e ética; pesquisar exige consciência do inacabamento; pesquisar exige curiosidade; pesquisar exige a convicção de que mudar é possível; pesquisar exige saber escutar; pesquisar exige disponibilidade para o diálogo. Essas exigências nos convocam a revigorar os diálogos com sua obra e esperar... Inspiradas em Paulo Freire, sigamos fortalecendo a defesa da vida, da cultura, da democracia, da educação, da justiça e da liberdade!!

Referências

- ALVES, Kallyne Kafuri. VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. Educação infantil em tempos de pandemia: contribuições das pedagogias da autonomia e da infância para a formação humana. *Revista Educere Et Educare*, vol. 16. n.38, Jan/Abr. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/25726/17270>. Acesso em: 17 set. 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (Anped). *Ética na pesquisa em Educação*: documento preliminar. 2016. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_texto_para_discussao_1.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012*. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112612.htm. Acesso em: 17 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1996*.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013*.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016*.



CÔCO, Valdete *et al.* O Plano Nacional de Educação: desafios no campo da educação infantil. *EccoS*, São Paulo, n. 37, p. 77-92, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71543111005.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

CÔCO, Valdete. Com referenciais bakhtinianos, reflexões sobre pesquisa na formação de professores. In: BARBOSA, Ivone Garcia (Org.). *Formação de professores e trabalho educativo em pesquisa: perspectivas Teóricas e Metodologias*. Goiânia: Editora da Imprensa, 2020. p. 21-34.

COELHO, Edgar Pereira. Uma introdução à pedagogia da correspondência em Paulo Freire. *EccoS*, São Paulo, n. 26, p. 59-73, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71522347004>. Acesso em: 13 out. 2022.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/ Fiocruz). *Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cep.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 13 out. 2022.

COUTINHO, Angela Scalabrin; CÔCO, Valdete. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016266, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16266/209209213481>. Acesso em: 17 set. 2022.

CURY, C. R. J. Alguns apontamentos legais em torno da ética na pesquisa. *Revista História & Perspectivas*, v. 27, n. 52, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/30958>. Acesso em: 19 out. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. FORSTER, Mari Margarete dos Santos. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. *Educ. Rev.*, v. 61, p. 55-59, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hxLYPVz4MpNyWffdh8QjFwy/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2019.

GADOTTI, Moacir (Org.). *Paulo Freire: anistiado político brasileiro*. Instituto Paulo Freire e Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Brasília: Comissão de Anistia. Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/paulofreire_anistiado-1.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

GADOTTI, Moacir (Org.). *Paulo Freire: Uma biobibliografia*. São Paulo, 1996. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1989.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 23 (1-2), 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rfe/a/TYY78TDjkXWnB7HLgj7SkKz/?lang=pt>. Acesso em 17 set. 2022.



GADOTTI, Moacir. *Pedagogia do Oprimido como Pedagogia da Autonomia e da Esperança*. Semana Paulo Freire on line: 50 anos de Pedagogia do Oprimido, 2018. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/ac5c57_5016f1214d4b40c49eb91d9bb7566c70.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

GERALDI, João Wanderley. A linguagem de Paulo Freire. *Educação, Sociedade e Cultura*, n. 23, p. 7-20, 2006. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Joao_Geraldi.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. MINAYO, Maria Cecilia. A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 28, n. 4, p. 299-310, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NktsFDpGm7mDPpc8q8J6YcD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2022.

LACERDA, Nathercia. *A casa e o mundo lá fora: cartas de Paulo Freire para Nathercinha*. Rio de Janeiro: ZIT, 2016.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. *Educação em Revista*, v. 31, n. 1, p. 17-44, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307665946_O_TRABALHO_COM_NARRATIVAS_NA_INVESTIGACAO_EM_EDUCACAO. Acesso em: 15 set. 2022.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. *Revista Educação PUC/RS*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/26878>. Acesso em: 16 set. 2022.

OLIVEIRA, Edna Castro de. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 55. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 11-14.

PAULY, Evaldo Luis. Verbetes Pedagogia da Autonomia. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.(Org.). *Dicionário Paulo Freire: ressignificando palavras, reinventando sentidos*. 2ª edição Revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIEIRA et al., Maria Nilceia de Andrade. A amorização no ato de desenvolver pesquisas em Ciências Humanas. In: *III EEBA - Encontro de Estudos Bakhtinianos*, 2015, Niterói. Amorização: porque falar de amor é um ato responsável, 2015, p. 875 a 881.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; CÔCO, Valdete; VENTORIM, Silvana. Pesquisa em educação: desafios teórico-metodológicos e contribuições da perspectiva bakhtiniana. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 10-27, set./dez. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/9707>. Acesso em: 13 set. 2022.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; ALVES, Kallyne Kafuri; CÔCO, Valdete. Pesquisas no campo da formação docente na educação infantil: contribuições do pensamento de Paulo Freire. *Formação em Movimento*, v.4, i.1, n.8, p. 205-227, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/6/447>. Acesso em: 27 dez. 2022.

